



ATA REUNIÃO COM LIDERANÇAS INDÍGENAS

Data: 21/01/2020 Local: Espaço Energia
Campo Grande – MS

CONSELHEIROS / SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rosimeire Cecília da Costa
Dian Brito

Presidente – Comercial
Secretário Executivo Suplente do Concen

ENERGISA / CONVIDADOS

Paulo Roberto dos Santos
Fernanda Mathias
Fabrício Cerchiari
Márcia Sandim

Josias Ramir

Franciele da Costa

Silvio Arietto

Juseli Rezende

Ribeiro Barbino

Pedro Santana

Rute Bquiqui

James Matchua

Francisco Matchua

Luiz Fernando Matchua

Elvio Terena

Henrique Dias

1 Às 14h30 do dia 21 de janeiro de 2020, no Espaço Energia, localizado na Av. Afonso Pena, nº 3901,
2 Jardim dos Estados, em Campo Grande-MS, foi iniciada a reunião com lideranças indígenas de Campo
3 Grande para discutir o cadastramento na Tarifa Social de Energia Elétrica. Os participantes se
4 apresentam e a presidente lembra que a Capital tem uma grande comunidade indígena, e que o Estado
5 tem a segunda maior população indígena do País e que espera que a reunião seja como uma semente,
6 para colheita de resultados. O Sr. Henrique Dias diz que é importante trabalhar junto da base e observa
7 que este é o momento é oportuno. A gerente comercial da FM UCDB, senhora Joseli, ressalta que a
8 emissora está de portas abertas para agregar ao processo. O Sr. Ribeiro Barbino, do Jardim Inápolis,
9 expõe dificuldades em sua comunidade, diz que há oito ou dez anos está na Capital e que é cobrado,
10 agradeceu o convite e reforçou a necessidade de apoio. O Senhor Pedro Santana, vice-cacique da
11 mesma aldeia, falou sobre a dificuldade para “puxa padrão”, relatou que há houve acidentes. “Nossa
12 vida é triste”. A presidente do Concen destacou que a reunião é justamente para conhecer e mapear as
13 situações e pensar soluções junto com a Energisa. O Sr. Paulo falou sobre a missão desafiadora, uma
14 vez que os mandados dos caciques têm tempo limitado e é preciso consolidar a informação dentro da
15 aldeia. A presidente iniciou apresentação lembrando que a Lei Federal 8.631, criou os Conselhos de
16 Consumidores das maiores classes de consumo, falou sobre como funciona a Tarifa Social de Energia
17 Elétrica e que o maior problema a ser enfrentado é a constante atualização cadastral. “Tem aldeias que
18 têm dentro delas o CRAS e precisamos que, como caciques e interlocutores, levem essa notícia aos
19 moradores dessa localidade. É um direito que tem de chegar para o consumidor”. Lembrou que o
20 esforço do Concen para cadastramento na TSEE teve início em 2016, que 10 municípios foram
21 percorridos e, por fim, que durante o processo a entidade descobriu que a classificação estava errada
22 em muitos casos, para ter acesso ao benefício pleno é preciso estar cadastrado como baixa renda
23 indígena e não residencial. Contou sobre ocasião de visita a aldeias em Sidrolândia, em fevereiro de
24 2019, quando foi distribuída a Revista Coquetel para as crianças, uma forma pedagógica de
25 conscientizar sobre o consumo racional, que na ocasião foram flagradas UCs com luzes acesas em
26 plena luz do dia. Ressaltou que é preciso que as famílias tenham o NIS para acessar a TSEE e, o Sr.
27 Paulo destacou que, em áreas que estão irregulares é preciso encaminhar o processo para regularização
28 junto ao Estado, município ou mesmo Ministério Público. A presidente alertou sobre os riscos de
29 ligações irregulares e reforçou que é preciso que chegue ao Concen onde estão situações como esta,
30 para que haja tentativas da concessionária junto ao poder público para resolver a situação. “Ninguém
31 veio vender ilusões. Temos que trabalhar com quem está regular e as demandas de vocês. Precisamos
32 conhecer quem está em processo de organização para a Energisa pensar em reservar recursos quando
33 estiver tudo organizado. Fizemos um tour em Campo Grande, fomos no Noroeste, o desconto é um
34 direito de vocês e muitas pessoas não sabem disso, mas tem de fazer o cadastramento para que depois
35 a Energisa faça a parte dela”. As lideranças enumeraram, então, situações das Aldeias, como por
36 exemplo o Jardim Inápolis, onde são 80 famílias e a Aldeia Paravá, com 55, cuja regularização da área
37 ainda está pendente e onde 13 famílias estariam com gambiarras. “A primeira linha é a regularização
38 das áreas. O Fabricio vai avaliar documentação. Nos casos de quem não tem, vamos saber com a
39 prefeitura de quem é a área, se tem autorização para regularização. Outra linha de trabalho é o cadastro
40 do baixa renda. Essa é a grande dificuldade que temos”, disse o diretor. As lideranças explicam que as
41 comunidades muitas vezes barram o acesso por medo de exclusão de benefícios, uma vez se estiver
42 recebendo em dois programas do governo receberia corte automático por acúmulo. A presidente diz
43 que a TSEE é um direito apartado de outros benefícios sociais. Outro problema colocado é a divisão de

44 um único padrão entre mais de uma UC, que resulta em contas chegando a R\$ 300,00. Neste momento,
45 é explicado às lideranças que ainda que o consumo seja acima dos 50 kwh, os primeiros 50kwh são
46 subsidiados e assim por diante, até a faixa máxima, de 200 kwh. O desconto é regressivo em relação ao
47 consumo, do seguinte modo: 0 a 50 kwh 100%; De 51 a 100 kwh são 40% e de 101 a 220 kwh são
48 10%. O Sr. Paulo diz estar disposto a fazer o movimento para cadastramento nas 78 aldeias do Estado
49 e explica que a universidade foi convidada a participar da reunião porque tem vários alunos que podem
50 ajudar nesse movimento de organização e sensibilização das pessoas dentro das aldeias. “Objetivo é
51 montar uma agenda para fazer as visitas e a parte vocês será fazer com que as pessoas cheguem lá,
52 porque precisamos levar uma infraestrutura grande”. O Sr. Herique pergunta se é preciso internet e o
53 Sr. Paulo diz que, se não houver, faz o processo manual. A Sra. Rosimeire lembra que o cadastro para
54 o NIS leva tempo, tem de levar registro de nascimento das pessoas que residem na unidade, são
55 preenchidos cinco formulários, mas que é preciso e desmistificar e alertar as comunidades de que é
56 *fakenews* que só recebe o benefício quem tem bolsa família. Explicou o porquê da ação e que subsídio
57 está previsto em tarifa já paga por todos por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).
58 Ao mesmo tempo, lembrou que a visita para cadastramento é oportunidade de orientar a comunidade
59 para o uso racional da energia e combate ao desperdício. As lideranças foram informadas de que a ação
60 se divide em momentos, começando pela presente reunião, para dirimir dúvidas de forma que os
61 esclarecimentos sejam internalizados nas aldeias e depois a Energisa levará a infraestrutura aos locais
62 para cadastramento. Em outra frente, o Sr. Fabrício vai cuidar saber onde não está regularizado para
63 conseguir autorização para regularização da área. Seriam estas Alicinda Tiberio e Paravá (esta segunda
64 documentada pela Ema, mas, conforme relatado, falta padrão a pelo menos 10 famílias), Água Funda,
65 também em processo de regularização; Estrela do Amanhã, cuja perspectiva é de regularizar no Dia do
66 Índio, 19 de abril e Jardim Inápolis. No caso da Água Bonita, onde foi definida a primeira agenda de
67 ação, se concentrará na “parte de cima”, onde está regularizada, mas a família não está enquadrada
68 como baixa renda indígena. Outro ponto destacado é que os avisos para o recadastramento na TSEE,
69 que precisa ser feito a cada dois anos, são feitos na fatura, mas que os beneficiários não leem. Hoje são
70 120 mil famílias cadastradas na TSEE, mas todos os meses seis mil famílias perdem porque
71 esqueceram de fazer o recadastramento. Questionado por liderança sobre a situação de Porto Murtinho,
72 o Sr. Paulo responde que há um problema relacionado a acesso, em função das chuvas, mas que será
73 feita a faixa de servidão para levar a rede à comunidade. A Sra. Franciele apresenta à concessionária
74 situação da Rua Rodavelha, no Indubrasil, onde a rede não chega às últimas três casas, o endereço e a
75 situação são anotadas pelo Sr. Fabrício. Ainda esclarecendo dúvidas, a Sra. Rosimeire explica que não
76 importa se o beneficiário tem o RANI ou se tem a cédula de identificação civil (RG), CPF, uma vez
77 que o processo é autodeclaratório. Por fim, ficou definido que as primeiras ações in loco serão em
78 áreas já regularizadas nas aldeias Água Bonita, Marçal de Souza, Darci Ribeiro, Santa Mônica, sendo
79 das duas primeiras já agendadas para os sábados 01/02 e 15/02, uma vez que o sábado é o dia da
80 semana mais viável para ter a comunidade reunida. O Sr. Josias, da Aldeira Marçal de Souza também
81 expõe situação de um prédio onde funcionava uma rádio e que teria débito e há interesse da
82 comunidade em instalar um centro comunitário. A Sra Márcia propõe a regularização do débito,
83 rateando entre todos, já que existem na comunidade 147 famílias. Quando ele relata que muitas casas
84 têm duas famílias e um padrão só. O Sr. Fabrício faz as anotações e explica que será preciso ir ao local
85 para checar ambas as situações. Por fim, a Presidente do CONCEN agradeceu a todos os presentes.
86 Sem mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada.



Rosimeire Cecília da Costa
Presidente do CONCEN

Dian Brito
Secretário Suplente do CONCEN
